



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Weverton Rocha, Senador, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

A necessidade de convocar o senador Weverton Rocha como testemunha perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS justifica-se, primordialmente, pelos vínculos pessoais estreitos mantidos com o principal articulador do esquema de fraudes bilionárias. As apurações da CPMI buscam revelar a existência de possíveis conexões políticas que asseguraram a sobrevivência e a blindagem de um esquema criminoso que envolvia descontos associativos fraudulentos em benefícios do INSS. O nome do Senador surgiu em investigações relacionadas à Operação Sem Desconto, visto que ele recebeu em seu gabinete e em sua residência o lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”, assim como teria compartilhado a mesma aeronave com ele, um dos principais operadores do esquema. Esclarecer esses contatos pessoais com Antônio Carlos Camilo Antunes e outros dirigentes de entidades sob investigação é um dos aspectos centrais da convocação.

Em segundo lugar, a convocação é crucial para apurar a dimensão da influência política exercida em benefício das entidades fraudulentas dentro do



Congresso Nacional e junto ao Ministério da Previdência Social e ao INSS. O Senador é considerado uma autoridade de alta relevância política, pertencente a um partido com influência direta sobre a Previdência Social. Ademais, a CPMI precisa investigar a indicação de figuras-chave ligadas ao parlamentar, como o ex-diretor de Benefícios do INSS, André Fidelis, e o Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social, Adroaldo da Cunha Portal, que foi chefe de gabinete do Senador e que está em prisão domiciliar a partir de decisão do relator no Supremo Tribunal Federal, Ministro André Mendonça. A Polícia Federal, inclusive, apontou que os principais investigados mantinham vínculos próximos com agentes políticos, e o Senador figuraria como o "sustentáculo político" da operação criminosa, ampliando a capacidade de influência e blindagem institucional do grupo,.

Finalmente, a convocação é uma medida fundamental para o esclarecimento público e oficial dos fatos no foro adequado. Seu nome foi amplamente citado em notícias de repercussão nacional, o que exige que o parlamentar tenha a oportunidade de prestar sua versão oficial, sob compromisso legal, perante a CPMI do INSS. Tal medida se configura como necessária para o pleno esclarecimento da dimensão política do maior esquema de fraudes contra aposentados já identificado no país.

Sala da Comissão, 18 de dezembro de 2025.

Deputado Alfredo Gaspar
(UNIÃO - AL)
Relator

